



AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR: UM OLHAR SOB UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA ATRAVÉS DO PIBID/SOCIOLOGIA – IFPR

Vanessa Belo¹
Patrícia Martins²

Eixo Educação: Currículo, educação e relações étnico-raciais.

Palavras-chave: racismo; ambiente escolar; Lei nº 10.639/2003; cultura afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade revela que a luta do povo negro não se iniciou a pouco tempo, mas, é um conflito que vem acontecendo e ganhando espaço ao longo dos anos e que mesmo assim não atingiu seu ponto de maturidade. Albuquerque; Filho (2006, p.13) descrevem que “A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior à escravidão nas Américas, à vida de cativo no Brasil.”

É necessário que haja delicadeza e, ao mesmo tempo, instrução para se compreender sobre o que este povo já passou e o que ainda tem vivenciado, onde se há inúmeros relatos de preconceito e discriminação. Para isso, o objetivo geral desta pesquisa é compreender como ocorre o processo das relações étnico raciais no Brasil, que continua vivendo um cenário preconceituoso e racista com a população negra. Baseia-se na seguinte questão norteadora: Quais são os impactos das relações étnico raciais nas práticas pedagógicas?

A justificativa para esta pesquisa deu-se por meio das experiências vivenciadas durante os estágios supervisionados e, principalmente, após o ingresso no Programa de Iniciação à Docência (PIBID), cuja vivência foi realizada na rede estadual de ensino, onde se constatou, por meio de observações, que o discurso apresentado pelos alunos era repleto de preconceito e, questionados, a maioria afirmavam que estavam apenas brincando.

Buscou-se identificar e compreender, por meio da pesquisa bibliográfica, o que dizem os estudiosos em relação às questões étnico raciais no Brasil. Após, utilizou-se pesquisa de campo, por meio de um questionário semi estruturado e com respostas abertas direcionadas a coordenação institucional, a professora regente da rede estadual de ensino; a bolsista que realizou as intervenções no mesmo período e aos alunos do Ensino Médio, de um Colégio Estadual da cidade de Paranaguá/PR.

¹ Licenciada; IFPR *Campus* Paranaguá; vanessa_belo1@hotmail.com

² Doutora; IFPR *Campus* Paranaguá; patricia.martins@ifpr.edu.br



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil é discutido e abordado, comumente, nas aulas de história, apresentado com o tema de escravidão negra africana e é nesse contexto que aprende-se sobre a dura e triste realidade que o povo negro vivenciou naquela época.

[...] o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas contribui para a formação de valores relacionados à pluralidade cultural, à democracia, à igualdade, ao multiculturalismo e à dignidade da pessoa humana, rompendo com um imaginário negativo que favorece o preconceito e a discriminação dentro e fora das instituições de ensino. (SERRANO, 2019, p.18)

Segundo Pereira e Silva (2012), em 1888 quando a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, os negros, agora libertados, deixaram de ter serventia e passaram a se tornar um estorvo para a sociedade, principalmente pelo crescente fluxo de mão de obra europeia, proveniente dos imigrantes europeus. Os negros eram vistos como uma raça em declínio e considerados um atraso para a nação.

No período pós abolição, o negro teve que trilhar seu próprio caminho, afastado de seus familiares, das suas culturas e crenças, tentando identificar-se nesse novo papel que a sua raça poderia representar para a sociedade. Era necessário que houvesse uma iniciativa de se inserir numa sociedade excludente. O negro precisou pensar em algumas maneiras de lutar pelos seus direitos e reconstruir sua identidade.

apesar do processo de branqueamento físico da sociedade ter fracassado, seu ideal inculcado através de mecanismos psicológicos ficou intacto no inconsciente coletivo brasileiro, rodando sempre nas cabeças de negros e mestiços. Esse ideal prejudica qualquer busca de identidade baseada na negritude e na mestiçagem, já que todos sonham ingressar um dia na identidade branca, por julgarem superior. (MUNANGA, 2006, p.16)

Pereira e Silva (2012) citam a luta pela afirmação do negro por meio da figura de Abdias do Nascimento³, na década de 1970, que colaborou com a criação do Movimento Negro e criou o Teatro Experimental Negro (TEN). Na década de 80 houve uma crescente discriminação racial, responsável pela desigualdade entre os alunos negros e brancos e ao mesmo tempo fortes movimentos a favor da causa dos afro descendentes.

Havia, então, na escola, comprovadamente, o preconceito e a desigualdade, na mesma época em que eram realizadas diversas pesquisas relacionadas ao tema: o binômio negro-educação passou a ser, assim, interesse de muitos pesquisadores na área da educação. [...] a década de 1980 representou uma grande conquista na luta contra a desigualdade racial, principalmente no âmbito educacional. (PEREIRA; SILVA, 2012, p.04)

³ Ator, diretor, dramaturgo, militante da luta contra a disseminação racial e pela valorização da cultura negra.



Já em 1995 ocorreu a Marcha Zumbi dos Palmares⁴. Assim, a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) foi resultado de todo esse processo⁵.

RESULTADOS

Foram realizadas entrevistas em quatro períodos, sendo destinados à coordenação institucional; à professora regente da rede estadual de ensino; à bolsista que atuou em dupla nas intervenções e aos alunos participantes. A coleta das entrevistas ocorreu no período de 2020 e 2021 por e-mail e via *google forms*. Nas entrevistas destinadas à coordenação institucional; à professora regente da rede estadual de ensino e à bolsista que realizou as intervenções no mesmo período, todas foram compostas por três a quatro perguntas de forma aberta.

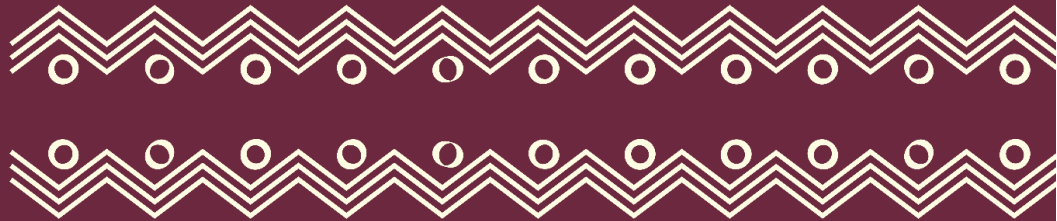
No que diz respeito ao questionário aplicado aos alunos do Ensino Médio, a intervenção ocorreu num período de 20 dias, no Colégio Instituto Estadual Dr. Caetano Munhoz da Rocha, localizado no município de Paranaguá/PR. Foi possível acompanhar e desenvolver a abordagem sobre as relações étnico raciais dentro da sala de aula, nas aulas de Sociologia. Entre o mês de novembro e dezembro de 2021 foi aplicado um questionário semi-estruturado com nove perguntas, também de forma virtual e/ou pelo WhatsApp, com perguntas de múltipla escolha e algumas em que os alunos podiam comentar sobre suas próprias percepções e vivências.

Observou-se, a partir das respostas, que o racismo dentro das instituições escolares ainda é muito presente e que o professor, assim como todo o corpo docente, pode e deve combater esse pensamento e auxiliar em uma construção diferente. Pode-se lidar com isso por meio de atividades, palestras, debates e participação ativa dos alunos e professores das mais diferentes disciplinas.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa auxiliar na (re)construção e reflexão acerca desse tema, que nunca deve ser esquecido ou deixado de lado. Por meio de reflexões em sala de aula que os alunos podem transformar seus pensamentos ante às contribuições do povo negro na nossa sociedade e trazer reconhecimento aos jovens que são negros e que, muitas vezes, podem não se sentir representados e reconhecidos no ambiente escolar. A educação pode reconstruir nos alunos, e também nos professores, a imagem positiva que o continente africano possui e, além da possibilidade de aumentar a autoestima dos

⁴ Segundo Lucimar Dias (2005) a marcha reuniu cerca de 10 mil negros e negras, que foram até Brasília com o intuito de denunciar a falta de políticas públicas para a população negra. De acordo com a opinião de Maria Isabel, coordenadora da Comissão Nacional contra a Discriminação Racial da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em uma entrevista dada a repórter da Agência Brasil, afirmando que “A marcha influenciou os rumos da luta contra o racismo em nosso país. Nesses dez anos, conseguimos que a sociedade brasileira fizesse um debate mais aprofundado sobre a discriminação racial no nosso país. Conseguimos romper com o mito da democracia racial que existia antes de 1995. (JORGE, 2005, p.01)”

⁵ A Lei nº 10.639/2003 faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, para assim implantar a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares brasileiras. A aprovação dessa lei é fruto de uma conquista de reconhecimento pela desigualdade enfrentada entre a população branca e negra no Brasil, é a partir dessa lei que se instaurou como o direito de tal abordagem.



alunos afrodescendentes, pois ensinarão e compartilharão da cultura que são pertencentes.

REFERÊNCIAS

DIAS, Lucimar Rosa. **Quantos passos já foram dados? A questão de raça nas leis educacionais – da LDB de 1961 à lei 10.639/03 de 2003.** In: Secretaria da Educação Continuada, Alfabetizada e Diversidade. Educação do negro e outras histórias. Brasília, SECAD/UNESCO, 2005, p.49-62.

JORGE, Cecília. **Primeira marcha zumbi, há 10 anos, reuniu 30 mil pessoas.** Agência Brasil: empresa Brasil de comunicação, 2005. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2005-11-13/primeira-marcha-zumbi-ha-10-anos-reuniu-30-mil-pessoas>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Belo Horizonte, Autêntica. 2006.

PEREIRA, Marcia Moreira; SILVA, Maurício. **Percurso da Lei 10.639/03: antecedentes e desdobramentos.** Periódicos UFSM, 2012.

SERRANO, Daiane Duprat. **O Ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no contexto escolar: percepções de professores/as acerca da implementação da Lei nº 10.369 de 2003.** Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2019.